

“É DE CERTO ESTE GABINETE O MAIS RICO EM MÚMIAS DE QUE TEMOS CONHECIMENTO”¹ – A COLEÇÃO EGÍPCIA DO MUSEU NACIONAL E SUAS LEITURAS NOS OITOCENTOS

¹ ASTREA. *Consta-nos que na alfândega d’esta Capital...* Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64.

André Onofre Limírio Chaves
Universidade Federal de Minas Gerais – PPGH

Resumo: Este trabalho tem por objetivo abordar a história da formação da primeira coleção egípcia da América Latina, pertencente ao Museu Nacional (UFRJ), e que foi parcialmente destruída no incêndio de 02 de setembro de 2018. Por meio de relatos de viajantes e de fontes impressas em jornais da época, serão evidenciadas não apenas a importância da coleção para a formação do museu, como também as leituras feitas sobre esse conjunto de peças milenares, pelos habitantes da Corte carioca, no momento de sua chegada ao Brasil, em 1826.

Palavras-chave: Museu Nacional. Coleção egípcia. Antiguidades Egípcias. Brasil Imperial. História das Coleções.

“IT IS SURELY THE RICHEST CABINET IN MUMMIES THAT WE KNOW OF” – THE EGYPTIAN COLLECTION OF THE NATIONAL MUSEUM AND ITS INTERPRETATIONS IN THE 1800s

Abstract: *This paper aims to address the history of the creation of the first Egyptian collection of Latin America, belonging to the National Museum (UFRJ), and that was partially destroyed in the fire of September 2nd, 2018. Through travellers’ narratives and printed sources in newspapers of the time, the collection’s importance to the formation of the museum be evidenced, as will the readings made about this group of millenarian pieces, by inhabitants of the carioca court at the moment of its arrival in Brazil in 1826.*

Keywords: *National Museum. Egyptian collection. Egyptian antiques. Imperial Brazil. History of collections.*

Desde a Antiguidade, foi comum que eruditos acumulassem variados objetos para estudo, para a fruição pessoal ou como uma forma de satisfazer seu desejo por determinada espécie de coisas. A figura do colecionismo de antiguidades egípcias tem a sua origem naquele momento, em que imperadores romanos começaram a levar para enfeitar os seus palácios, estátuas, obeliscos e peças que compunham o cotidiano dos antigos egípcios. Na Idade Moderna, Ole Worm, Athanasius Kircher, Manfredo Settala, e inúmeros outros eruditos também criaram coleções de antiguidades egípcias, adquiridas com o auxílio de viajantes que, no caminho para a Terra Santa, passavam pelo Egito, alguns com a intenção de conhecer um lugar sobre o qual quase não se ouvia falar, além do que se encontrava nas escrituras sagradas.

Até o século XVIII, compreender os vestígios da cultura material dos antigos egípcios era uma tarefa hercúlea e que quase sempre não se obtinham resultados satisfatórios. Os objetos eram interpretados por uma ótica mística, inspirada pela tentativa de leitura dos enigmáticos hieróglifos. Por isso, diversas associações de objetos com lendas foram feitas, no intuito de se desvendar o significado de alguma escultura, pintura e mesmo de registros textuais.

A invenção de uma nova ciência cujos métodos foram concebidos com o objetivo específico de se estudar tanto as antiguidades egípcias quanto os textos que portavam, ocorreu apenas no século XIX. Tratava-se da Egiptologia.

É nesse processo de cientificização do estudo da cultura material do Antigo Egito, que houve a necessidade de se ampliar a coleta de vestígios materiais daquela civilização, e gerar grandes coleções desse gênero. Para além do crescimento das reservas de peças a serem estudadas como vestígios ou documentos do passado egípcio, o colecionismo institucional de artefatos da antiga civilização voltou-se também para o desfrute dos curiosos. Grandes levas da cultura material dos antigos egípcios foram deslocadas para os principais museus europeus, em um momento em que essas instituições representavam o poderio intelectual, político e militar das nações, que realizavam a exposição de acervos amalhados nas diversas partes do mundo.

É nesse contexto que chegou, ao Novo Mundo, a primeira coleção egípcia da América Latina. De imediato, a coleção atraiu a curiosidade de muitos. Mas, também, produziu repulsa em alguns. A aquisição desses objetos tinha por intenção enriquecer o acervo do Museu Nacional, jovem instituição que ainda dava os seus primeiros passos e precisava compor acervos de caráter universal, mas sem deixar de representar as riquezas da própria nação. No caso do Brasil, a história da aquisição, da recepção e do tratamento museológico dado aos itens desta coleção compõem, simultaneamente, partes importantes da história de vida destes objetos, da história da Egiptologia brasileira e da história do Museu Nacional. Nesse trabalho, além de abordar o processo de aquisição dessa coleção formada por objetos milenares, também serão apresentadas as várias

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

recepções e diversas ressignificações que seus itens sofreram, desde antes de sua entrada no acervo da instituição.

A RECEPÇÃO

Na data de 21 de julho de 1826, os trabalhadores da alfândega do Rio de Janeiro poderiam ter vivido mais um dia rotineiro. Homens e mulheres passando pela fiscalização, cargas sendo taxadas, carroças sendo carregadas com mercadorias recém-chegadas; toda a rotina do lugar poderia ter se mantido igual a todo dia, se não fosse pela eventual presença do Imperador e da Imperatriz do Brasil, D. Pedro I e Dona Leopoldina. A nobre e inusual presença do casal imperial, no porto carioca, não havia sido causada pela chegada de comitivas diplomáticas de outros países, tampouco pelo desembarque alguma pessoa de destaque. Antes sim, trazia-os ali o interesse despertado de um rumor: um comerciante italiano trouxera, do Velho para o Novo Mundo, algumas antiguidades egípcias e, entre elas, corpos mumificados².

O comerciante se chamava Nicolau Fiengo. Por uma casualidade, foi ele o responsável pela chegada, ali, da primeira coleção egípcia a alcançar a América do Sul, de que se tem notícia. O destino original da coleção não era a capital do Brasil, mas uma região do rio da Prata: a província de Buenos Aires, na Argentina. Supõe-se que o Primeiro-Ministro da Argentina, Bernardino Rivadavia, encomendara ao italiano que lhe trouxesse algumas antiguidades egípcias e gregas para compor o recém-criado Museu de Ciências Naturais de Buenos Aires (atual Museu Argentino de Ciências Naturais Bernardino Rivadavia). Porém, naquele momento, argentinos e brasileiros eram rivais, em razão de disputas territoriais pela ocupação da região extremo sul do continente americano, que culminaram declaração da Guerra da Cisplatina (1825-1828). Por causa desse evento político, o acesso aos portos do país inimigo foi bloqueado pela marinha brasileira, que impedia que qualquer navio rumasse para o sul. Este infortúnio obrigou a embarcação que levava Fiengo e sua preciosa carga a retornar para o Rio de Janeiro. E, assim, por não saber quando o conflito terminaria, o comerciante resolveu aproveitar a situação e expor as suas raridades milenares na alfândega carioca, com o fim de atrair algum comprador.

A imperatriz Dona Leopoldina, ouvindo falar da chegada de tais objetos ao Rio de Janeiro, solicitou que o seu marido a levasse para conhecê-los³. O seu interesse pelo mundo da História Natural e pelas ciências era notório e, talvez por isso, ela teria visto uma grande oportunidade única de enriquecer seus conhecimentos sobre o Egito ou, eventualmente, adquirir um acervo arqueológico para a primeira instituição museal da nação: o Museu Nacional⁴. A raridade dos objetos, certamente, daria notabilidade ao jovem estabelecimento, criado há apenas anos (1818), com o objetivo de contribuir para a instrução dos brasileiros e para fomentar a pesquisa científica no país.

Grande parte dos brasileiros, àquela altura, só conhecia a Terra dos Faraós por meio das histórias bíblicas. Não se sabe bem de quem foi a ideia, mas para garantir a instrução e a melhor fruição do público, curioso por ver aqueles

² Carta de D. Pedro I para a sua filha, 21 de julho de 1826. In: RANGEL, Alberto. *Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 107.

³ *Ibid.*, p. 107.

⁴ REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina, a história não contada: A mulher que arquitetou a Independência do Brasil**. Rio de Janeiro: Le Ya, 2017.

objetos, Nicolau Fiengo aquiesceu em exibir temporariamente os seus objetos nos salões do Museu Nacional. O comerciante, por suposto, também teria pensado que a exposição pública de suas mercadorias, em local tão notório quanto um Museu Nacional, enriqueceria a história dos objetos e, talvez, incentivasse o interesse de que alguém ou o Estado os comprassem. O que de fato ocorreu foi um grande afluxo de pessoas à instituição, atraídas pelo desejo de ver as tão antigas múmias⁵.

Oficialmente, a aquisição das antiguidades egípcias pelo Estado brasileiro só ocorreria dois anos depois. A partir do momento em que as peças foram expostas no Museu Nacional, iniciou-se um moroso processo burocrático para que elas fossem efetivamente adquiridas para a coleção da instituição. A lentidão do processo influenciou a decisão de seu proprietário em permanecer nas terras brasileiras, aguardando a efetivação da compra e o pagamento pelas mercadorias⁶. Neste largo tempo, os visitantes continuavam a frequentar o museu para apreciar os objetos, que ganhavam notoriedade.

Um indivíduo, porém, não gostou do que viu. E, por não gostar, decidiu-se escrever uma extensa crítica sobre sua visita à exposição para o jornal *Astrea* – um periódico liberal, fundado durante a crise do primeiro reinado e que circulou pela Corte entre aquele ano de 1826 e 1832. O crítico da coleção usou das páginas do jornal para informar aos leitores que os itens pertencentes a Fiengo eram falsos; e que, por isso, sua aquisição pelo Estado seria um completo desperdício de dinheiro.

A crítica vinha assinalada com o pseudônimo B.F.G. O Carioca Constitucional. Posteriormente, o autor foi reconhecido como sendo Basílio Ferreira Goulart, um bacharel e juiz do Rio de Janeiro, que foi um grande defensor da Academia Imperial de Belas Artes. Em suas palavras, Goulart dissera que “a loja do Museu se tinha convertido nas antigas Catacumbas dos Terceiros de São Francisco, onde se mostravam pedaços de corpos mirrados, e mesmo inteiros [...] eu saí enfiado e enjoado”. O conjunto de objetos reunidos por Fiengo não atraíram, em definitivo, o seu entusiasmo. Também não lhe despertaram interesse nenhum, a não ser para desmerecê-los⁷.



Figura 1: Múmia do sacerdote Harsiese. Foto: acervo do autor.

Para Goulart, o Museu possuía itens mais interessantes de serem apreciados e que deveriam receber maior atenção pelo público, ao invés dos “embrulhos nojentos” que o co-

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

⁵ ASTREA, op. cit., p 64.

⁶ DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão do dia 3 de agosto de 1829, Despesa Extraordinária.** In: Diário da Câmara dos Deputados à Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p. 2

⁷ ASTREA. **Notícias.** Rio de Janeiro: Typographia Torres, n° 37, 19 de setembro de 1826. p. 149

merciante tinha trazido para o Brasil. Para ele, “as duas cabeças de Índios, isso sim é que é obra fina!” Goulart referia-se às cabeças mumificadas feitas por indígenas brasileiros e, ainda, a objetos semelhantes criados pelos neozelandeses, que possuíam a prática de preservar os corpos dos inimigos derrotados. Um dos motivos pelos quais as múmias ameríndias lhe fossem mais bem-quistas era o fato delas não estarem envoltas em bandagens, sendo possível ver quão preservados estavam os corpos. De acordo com Goulart, no caso das peças egípcias, “é verdade que vi as múmias, e só sei que são múmias pelos pés de uma que vi tão bem, como aquele outro cheirou”⁸. Como os corpos daquelas múmias estavam todos enfaixados, não era possível ver a aparência do morto. Isso fez com que ele, por comparação, perdesse o pouco interesse que tinha pelos exemplares egípcios.

Basílio Ferreira Goulart era um ferrenho defensor do desenvolvimento das Belas Artes no Brasil. Quando as antiguidades de Fiengo foram expostas, o novo prédio da Academia Imperial de Belas Artes estava sendo construído. As obras, no entanto, eram constantemente interrompidas, em razão da falta de verbas. As incertezas em torno à continuidade do projeto de fortalecimento da Academia seriam outros motivos para que o Carioca Constitucional atacasse o interesse dos monarcas em adquirir o acervo egípcio, para além da sua repulsa pelos corpos mumificados. Para Goulart, os recursos necessários à aquisição deveriam ser destinados à ereção da sede da Academia, no lugar de serem gastos com objetos que não lhe pareciam ter grande significado para a nação. De modo diferente, via ele, na Academia, um local de grande necessidade para a instrução dos brasileiros no mundo das Artes, principalmente em um jovem país que ainda necessitava de aparatos institucionais para o ensino e a cultura.

A crítica de Goulart é longa e apresenta vários indícios da recepção da coleção egípcia pelo público que a visitou no Museu Nacional. Em um dos momentos da narrativa, ele ressaltou a forma como as antiguidades atraíram a atenção dos brasileiros, ao exclaimar: “que de gente vai a ver!”. Os velhos corpos enfaixados e os outros objetos pertencentes a Nicolau Fiengo causaram grande repercussão na Corte carioca. Era o fascínio pelo Egito Antigo chegando no Novo Mundo.

Este apreço pelas antiguidades egípcias começara, no Velho Mundo, nos fins do século XVIII, quando o general e futuro imperador francês Napoleão Bonaparte invadiu o Egito. Neste período, esse fascínio foi ampliado pela publicação da inusitada e monumental obra da Comissão das Artes e das Ciências da França, intitulada “Description de l’Égypte ou Recueil des Observations et des Recherches qui ont été faites en Égypte” (Descrição do Egito ou Coleção das observações e pesquisas que foram feitas no Egito). Esta publicação expôs para um largo público as diversas facetas do local, abordando desde sua flora e fauna, até suas construções monumentais, havendo certa preferência pelas produções da antiguidade. Como resultado, a incursão napoleônica revelou para o Ocidente as construções monumentais – pirâmides, templos, colossos –, e, também, as práticas ritualísticas daquela grande civilização da Antiguidade⁹.

⁸ASTREA, op. cit., p 149.

⁹ SILIOTTI, Alberto. **Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito**. Barcelona: Folio, 2007.

Outro efeito do retorno da comitiva de Napoleão à França, trazendo na bagagem notícias, objetos e imagens no Egito, foi o surgimento de três fenômenos com o mesmo objeto, mas com características distintas: a Egíptologia, a egiptofilia e a egiptomania. O primeiro fenômeno corresponde à ciência criada para estudar os vestígios do passado faraônico, tendo como marco referencial os trabalhos de Champolion na tradução da Pedra Roseta. O segundo, consiste na pulsão por se obter e reunir peças da antiguidade daquele povo, para serem colecionadas. A última conforma-se, então, na constante ressignificação dos elementos materiais e visuais da antiga cultura, por meio da aplicação de referências a eles na arquitetura, nos vestuários, na arte decorativa e entre outros meios de se expressar um gosto apaixonado pelo Egito¹⁰.



Figura 2: ‘Sala Egípcia’ do Museu Nacional. Em primeiro plano vemos o sarcófago de Sba-Amun-En-Su, que não havia sido aberto desde a Antiguidade. Foto: acervo do autor.

É provável que Goulart imaginasse que o comerciante italiano não rebateria as críticas feitas às suas mercadorias. Ele, porém, estava enganado. Fiengo, assim que soube que os seus preciosos itens haviam sido difamados, resolveu contornar a situação respondendo às ácidas opiniões do bacharel brasileiro. Ele enviou, para a redação do jornal *Astrea*, um texto com cerca de três páginas, tecendo longos argumentos em defesa da coleção egípcia trazida aos trópicos. Segundo Fiengo, “o estilo e a maneira com que o Sr. Carioca pretende desacreditar a minha coleção não são próprios da sublimidade do objeto, nem de um homem culto. As suas reflexões são muito triviais, e até pueris [...] ele só se entretém em comparações mesquinhas”¹¹.

Fiengo defendeu fortemente a coleção, deixando claras evidências do seu entendimento sobre o que vendia. Em diversos momentos de sua réplica, ele alfinetou Goulart dizendo que o seu intelecto era fraco e que o brasileiro não estava disposto a se instruir. Parecia-lhe que, ao criticar do trabalho dos outros, o Carioca Constitucional revelava mais sobre si e sobre seu engano, que a respeito da qualidade das antiguidades. Para Fiengo, Goulart havia ido ver múmias, esperando “achar nelas objetos que encantem com a sua beleza, e suavizem pelo seu cheiro, entretanto saiba o Snr. Carioca que se a minha coleção não lhe agrada, há muita gente que a estima”¹².

Por mais que zombasse dos artefatos, a crítica de Goulart não teve o efeito desejado, posteriormente o conjunto de antiguidades foi adquirido pelo Estado imperial, enriquecendo a instituição, possibilitando que os brasileiros pudessem ter contato com objetos de uma terra tão distante, sem que tivessem que ir ao Velho Mundo.

¹⁰ BAKOS, Margaret Marchiori (org.). *Egiptomania – O Egito no Brasil*. Paris Editorial: São Paulo, 2004, 191p.

¹¹ ASTREA, op. cit., p. 3.

¹² ASTREA, op. cit., p. 2.

A exibição da coleção egípcia no Museu Nacional foi responsável por atizar a curiosidade de inúmeros frequentadores e visitantes esporádicos da instituição. Múmias com mais de três mil anos foram o atrativo principal da exposição e, depois, do museu, desde que ali chegaram. Já na primeira aparição pública dos artefatos na nação que os acolheria, o público teve às mãos um meio para melhor compreender os fascinantes objetos. Para a ocasião, Nicolau Fiengo publicou um catálogo que descrevia os principais itens da coleção, intitulado “*Catalogo de hum Museo de Antiquedad griega e egyptica, encontrado en la escavacion mandada hacer por el famoso naturalista de Europa, el Sr. Belzoni, enviado por el Gobierno Inglez al sepulcro Real de Tebas, subterraneo del Palacio de Karnac, formando el todo parte del gabinete do D. Nicolas Fiengo*”¹³. É provável que a publicação, por ser escrita em espanhol, não se destinasse ao público brasileiro. Diferentemente, o catálogo, como a própria coleção, deveria ter sido idealizado não para circular por terras brasileiras, mas sim, argentinas.

Até o momento, não foi encontrado nenhum exemplar dessa publicação, que provavelmente se perdeu com a corrupção do tempo. As principais notícias que dela se tem foram-nos legadas pela crítica feroz de Goulart. Ainda assim, o seu título já traz informações importantes sobre as peças, como sua procedência e do explorador responsável por retirá-las das areias do Egito.

A coleção egípcia fazia parte de um lote de artefatos bem maior, que havia sido reunido pelo grande explorador italiano Giovanni Battista Belzoni (1778-1823). Foi ele o responsável pela formação de um conjunto de antiguidades egípcias para o diplomata Henry Salt, acervo que posteriormente seria vendido para o Museu Britânico. De acordo com o egiptólogo Antônio Brancaglioni Júnior, durante o período 1816 a 1819, Belzoni realizou explorações em busca de antiguidades no Templo de Karnal, localizado na antiga cidade de Tebas. Como grande parte da coleção egípcia de Fiengo provém desse local, é possível sustentar a hipótese de que os objetos expostos no Rio de Janeiro e os itens adquiridos pelo Museu Britânico tivessem certo grau de parentesco, por serem provenientes das mesmas escavações. Para além disso, as práticas funerárias no antigo Egito preconizavam a mumificação dos mortos e que seus objetos pessoais e de culto fossem enterrados consigo. Dessa forma, as tumbas egípcias reuniam objetos pertencentes a um mesmo indivíduo e, por isso, se tornaram os mais importantes repositórios da cultura material dessa antiga civilização – e alvo de cobiça dos exploradores e dos saqueadores.

Muitos dos objetos escavados por Belzoni foram levados para a Europa e, posteriormente, separados em lotes que tiveram diferentes destinações. Um destes lotes veio parar no Brasil, trazido pelas mãos do comerciante de arte italiano. Brancaglioni Jr. atesta que a “procedência tebaná adequa-se perfeitamente às características de várias peças importantes da coleção original”. Análises posteriores indicaram que “os esquifes de Hori, Harsiese e Pestjef pertenceram a funcionários tebanos; [e] devem ter sido descobertos nos cemitérios de Tebas ocidental”¹⁴, assim como a estela real greco-romana, que também integrava a coleção de Fiengo. Vale ressaltar a origem de alguns shabits¹⁵ da

¹³ O SPECTADOR BRASILEIRO, Jornal Político, Literário e Commercial. **Cartas para a Redação**. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, n.º 132, 8 de novembro de 1826. p. 4.

¹⁴ BRANCAGLIONI JR, Antônio. Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional. In: LESSA, Fábio de; BUSTAMANTE, Regina (orgs.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p. 75.

¹⁵ *Shabits* eram pequenas estatuetas funerárias que eram colocadas nas tumbas, juntas ao corpo do morto. Acreditava-se que elas ganhavam vida no Além, e realizariam as tarefas do cotidiano para que o falecido desfrutasse sua nova vida.

coleção, que pertenceram ao faraó Seti I (XIX Dinastia – 1295 a. C. – 1185 a. C.), um dos principais governantes do período Faraônico, cuja tumba fora escavada por Belzoni em um feito que lhe rendeu grande fama. Kenneth Kitchen apontou a existência de outros exemplares desse gênero em museus europeus. Segundo ele, “Belzoni achou uma grande quantidade destas figuras de madeira na tumba” do soberano egípcio, que acabaram dispersadas pelo mundo¹⁶. Dessa forma, reforça-se a relevância que esses objetos possuíam em âmbito mundial, sendo importantes para os estudos sobre a composição das peças que estavam na sepultura desse governante, uma vez que ela tinha sido saqueada em tempos remotos, fazendo desses itens, os últimos vestígios do enterramento de Seti I.

Para além das múmias e sarcófagos, a coleção egípcia do Museu Nacional era composta por mais de setecentos objetos, entre eles, estelas, estatuetas, shabits, joias, vasos, múmias de animais, uma vasta gama de artefatos que, até o dia 02 de setembro de 2018, consagravam a instituição como sendo a detentora do maior conjunto do gênero, na América Latina¹⁷. Ao longo do século XIX, esse arranjo teve grande importância para a instituição, uma vez que dava suporte para que o Museu Nacional acompanhasse as tendências colecionistas das instituições congêneres da Europa. As peças também serviram como fontes para o estudo comparativo das produções ameríndias, uma vez que, naquele momento, era corriqueiro utilizar a cultura material das grandes civilizações do passado para encontrar elos comuns com as produções nativas. Eruditos brasileiros chegaram a criar hipóteses de que a origem do indígena brasileiro estava conectada à migração de uma grande sociedade da antiguidade, como a egípcia, a grega ou a romana.



Figura 3: Estatuetas denominadas shabits, que eram colocadas nas tumbas com o objetivo de auxiliar o morto no pós-vida. Foto: acervo do autor.

Foi do interesse do autor, que na primeira parte desse trabalho, o leitor pudesse sentir o deslumbramento que a coleção egípcia do Museu Nacional causou nos mais diversos públicos, desde a sua chegada ao Brasil, há quase dois séculos. Essa coleção possuía uma característica única: ser fartamente documentada – da perspectiva de sua procedência, exibição, compra e, também, recepção (e percepção) pública –, desde momentos anteriores à sua aquisição. Até o momento, essa é a primeira coleção brasileira que possui registros tão claros e raros sobre sua recepção. Dessa forma, para além da relevância material desses objetos – que, desde a Modernidade, sempre fascinaram as pessoas –, eles possuíam grande

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

¹⁶ Ainda não se sabe se esses shabits resistiram ao incêndio do Museu Nacional. As probabilidades são pequenas, uma vez que esses objetos eram de madeira. KITCHEN, Kenneth. **Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum**, Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990, vol 1. p. 194.

¹⁷ O último catálogo publicado sobre a coleção egípcia do Museu Nacional foi feito nos anos 90. Portanto, não existe uma versão atualizada dele. Para saber mais sobre as peças que compunham a coleção, ver: KITCHEN, Kenneth. *Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum*, Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990.

importância para o estudo da história das coleções e dos museus brasileiros, por refletirem a percepção da sociedade imperial sobre o colecionismo de antiguidades.

DIFERENTES PERSPECTIVAS SOBRE A COLEÇÃO

Quando a coleção egípcia foi exibida no Museu Nacional, em 1826, sua presença chamou atenção daqueles que moravam na capital do Império, fazendo com que a mostra fosse amplamente visitada pelo público. Os caminhos para a sua compra pelo Estado foram longos. Nicolau Fiengo resolveu assentar-se no Rio de Janeiro, enquanto aguardava uma resposta sobre a aquisição, vinda de D. Pedro I e de seu corpo de conselheiros. Um dos motivos para a demora na resolução da venda foi o valor pedido pelas peças: treze contos de réis, uma quantia considerável para a época. O antiquário, por fim, abriu uma loja de obras de arte na Corte¹⁸, para garantir seu sustento e o crescimento dos seus negócios.

O monarca brasileiro achou altíssimo o valor pedido pelo comerciante. Não é de se estranhar que isso tivesse acontecido. Na ausência de especialistas em antiguidades egípcias, no Rio de Janeiro, cabia apenas a Fiengo estipular o valor dos objetos. Ao Imperador, cabia regatear. Por fim, não querendo ter prejuízos com a desastrosa tentativa de vender suas mercadorias na América do Sul (Fiengo já havia atuando como antiquário na América, mais especificamente nos Estados Unidos, obtendo maior sucesso que então) e muitos menos ter mais gastos com o transporte delas para outro país, o italiano resolveu ceder e fez uma nova oferta: cinco contos de réis pela coleção egípcia¹⁹. O novo montante caiu mais da metade da quantia inicial e, para agravar a situação, o pagamento seria feito em três parcelas, pagas a cada seis meses, não havia outra saída para o italiano, além de permanecer no Brasil. O italiano, então, passou a atuar na corte, promovendo leilões de artes e utilidades²⁰.

Após ser adquirida, em seus primeiros anos no Museu Nacional, a coleção egípcia foi exposta no setor da instituição dedicado às produções da arte e aos costumes dos povos do mundo. Os objetos milenares dividiam espaço com obras de arte, peças etnográficas e artefatos arqueológicos, que eram doados à instituição por agentes externos a ela. Somente em 1842, foi criada a Seção de “Numismática, Artes liberais, Arqueologia e Uso e Costumes das Nações Modernas” (quarta seção), que deveria concentrar acervos referentes as essas temáticas científicas. Para além do mundo da História Natural, o Museu deveria constituir um microcosmo de objetos referenciais aos estudos do passado, reunindo artefatos encontrados em sítios arqueológicos e a cultura material de indígenas, recolhida nas missões pelo interior do Brasil.

Esse departamento do Museu Nacional ficou sob os cuidados do artista e historiador Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), que costumava ressaltar a importância desses objetos para os estudos da história brasileira e universal. Até meados do século XIX, a coleção egípcia era um dos principais conjuntos arqueológicos da instituição e, para Porto-Alegre, sua importância se revelava por serem “as antiguidades egípcias tão raras nos principais museus,

¹⁸ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Leilões**. Rio de Janeiro, n.º 2, 3 de novembro de 1826. p. 7.

¹⁹ Despacho de 6 de fevereiro de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud RANGEL, Alberto. **Marginais: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974. p. 108.

²⁰ DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, op. cit., p. 66.

não só pela dificuldade de aquisição, como pela incerteza da sua legitimidade”. Por isto, a coleção que outrora pertencera a Fiengo constituiria, “entre nós, um Gabinete de valor muito considerável”, podendo alguns dos objetos “figurar com vantagem nos mais ricos Museus da Europa”²¹. O estudioso reforçava nos relatórios da instituição, que o espaço científico do Museu possuía um notável acervo da Terra dos Faraós, permitindo que a instituição tomasse parte, com sucesso, das tendências colecionistas e de ilustração perseguidas pelos povos de todas as grandes nações “civilizadas”.

Ademais, além de serem objetos que serviriam para instruir desde o mais nobre ao mais comum cidadão brasileiro, a coleção egípcia funcionava como um aparato para dar lustro à sociedade brasileira e ao Museu Nacional, criando a imagem de uma instituição preocupada em obter objetos de caráter universal. Porém, no que se referia aos acervos sobre o Brasil, o espaço ainda estava em desvantagem. Reclamações quanto à defasagem na representação museal dos grupos nativos do país seria uma constante nas reclamações de viajantes e naturalistas estrangeiros que visitavam o lugar. Para grande parte deles, especialmente para os viajantes letrados e cientistas, a ideia era de aquele espaço deveria operar como um repositório das riquezas naturais da nação, e conseqüentemente, um lugar para os estudos delas.

No ano de 1870, Ladislau Netto – botânico e diretor do Museu Nacional por vários anos – escreveu a primeira publicação dedicada a narrar os fatos memoráveis da história do Museu, denominada “Investigações Históricas e Científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro”. Além de descrever cronologicamente os principais feitos dos diretores que o antecederam, Netto relacionou as coleções que existiam na instituição, naquele momento, bem como a forma como os objetos estavam dispostas museológica ou expograficamente. A coleção egípcia ficava na saleta de número oito e estava distribuída em sete armários. De acordo com Netto: “três múmias bem conservadas ainda e dispostas no meio do aposento, em caixões envidraçados, são os objetos que atraem logo as vistas do visitante, quando ele vai penetrando nesta saleta”²². Em outras palavras, apesar da abundância de antiguidades expostas, eram as múmias humanas que mais chamavam a atenção do visitante, causando admiração ou espanto naqueles que se viam diante dos corpos milenares de Kherima, Harsiese e Hori.

Segundo Netto, as múmias encontravam-se “em seus competentes sarcófagos, que são feitos de Sicômoro e ornados de curiosíssimas pinturas hieroglíficas, cujas cores, apesar do bafo de centenários anos sobre elas, conservam-se muito frescas e brilhantes”²³, atestando seu bom estado de conservação. Note-se também que, até esse momento, os sarcófagos não tinham sido estudados de forma aprofundada, pois não é informado os nomes de seus proprietários que estão grafados sobre eles. Também não é indicada a correlação entre esses e as múmias que guardavam, algo que somente seria revelado no século XX.

Ladislau Netto, em seu relato, conferiu destaque a uma máscara dourada, que se encontrava sobre uma múmia que ele supôs ser “um distintivo dado aos

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

²¹ MUSEU NACIONAL. **Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844)**. In: Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02), Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha 59 (verso).

²² NETTO, Ladislau. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático, 1870. p. 262.

²³ *Ibid.*, p. 262.

²⁴ NETTO, op. cit., p. 262.

²⁵ KITCHEN, Kenneth. Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum. Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990. p. 6-7.

cadáveres das pessoas nobres”²⁴. Para o diretor, o status social se refletia na nobreza do material, já que a peça era folheada a ouro. A máscara pertencia à múmia que, mais tarde, foi denominada de Kherima e que chamava a atenção dos visitantes pelo delicado processo de mumificação que sofrera, que será discutido adiante. Oriunda do período romano, o nome Kherima foi-lhe atribuído no século XX. Durante os anos de 1950-1960, o professor Victor Staviarski ministrava cursos de hieróglifos e Egptologia na sala onde repousavam as múmias. Segundo relatos, por meio de práticas de hipnose, conduzia seus alunos de volta ao antigo Egito. Em uma dessas sessões, uma aluna, ao encostar nessa múmia, teve uma visão na qual uma mulher afirmava que aquele era o seu corpo e que ela se chamava Kherima, afirmando ser uma princesa do Sol²⁵. Essa experiência fez com que muitos acreditassem que aquela era uma história real e que os restos mortais mumificados eram de um membro importante da realeza egípcia. Real ou não, o fato é que a múmia foi “batizada” com esse nome e, uma vez que não havia registros históricos que a identificassem, a atribuição foi mantida pela equipe do museu até a sua destruição, no incêndio de 2018.



Figura 4: Sarcófago do sacerdote Harsiese (650 – 600 a.C.). Foto: Acervo do autor.

A importância dos sarcófagos e de suas múmias revela-se pelo tamanho do espaço que Netto dedicou-lhes no relatório: quase uma folha inteira, contrastando com os demais itens da seção. Sobre sua disposição, ele informou que os artefatos ficavam “descobertos e as suas tampas foram colocadas sobre os armários fronteiros, sendo fácil reconhecer pelas máscaras destas tampas, e mais ainda pelos contornos dos corpos das próprias múmias o sexo a que elas pertencem”²⁶. Fica evidente que a falta de espaço obrigava o desenvolvimento de formas criativas de exposição, aproveitando todos os espaços disponíveis no museu, adaptando-os às necessidades. Considerava-se ideal, à época, que os esquifes, de

²⁶ NETTO, op. cit., p. 263.

denominados “tampas”, fossem de pé, encostados em algum canto do cômodo. Mas, como os armários expositivos eram grandes demais e cobriam a maior parte da sala, a solução foi colocá-los em cima desses móveis. O “drama” da busca por mais espaço para a coleção seria uma constante, desde a fundação da instituição, sendo solucionado apenas com a sua transferência para a Quinta da Boa Vista, ocorrida em 1892.

Netto finalizou seu relato informando que “todos os outros objetos da coleção estão expostos nos armários desta saleta”²⁷ e listou-os sem descrevê-los com a mesma precisão com havia tratado os sarcófagos e as múmias. Esse detalhe é revelador, pois mostra que esses objetos já eram os grandes sucessos da seção, quiçá do museu, sendo reconhecidos como tal pelos dirigentes da instituição e por seu público visitante.



Figura 5: ‘Sala Egípcia’ do Museu Nacional, a múmia de Kherima aparece em primeiro plano. Foto: Acervo do autor.

Um exemplo da visão de um viajante sobre a coleção egípcia encontra-se nos escritos de Carl Von Koseritz, que visitou o Museu Nacional em 1883. O viajante dedicou algumas páginas de seu livro sobre o Brasil para falar da sua experiência na instituição, incluindo o seu contato com as antiguidades. Acompanhado pelo botânico Dr. Shack, Koseritz iniciou sua visita pela sala egípcia, “na qual se encontra a rica coleção de múmias, de urnas mortuárias e de imagens sagradas que S. M. o Imperador doou ao Museu”²⁸. Essa parte do museu o agradou, pois os elogios a ela não pararam. Segundo ele, “ali se encontram múmias de todas modalidades e em todos os estados de conservação, desde as de filhas de faraós, em ricos caixões e com máscaras douradas sobre as faces, até as múmias envolvidas em mortalthas de linho roídas pelos vermes”²⁹. A suposta “filha do faraó” era a múmia denominada Kherima.

É plausível supor que, dado fato da técnica de enrolamento das faixas de Kherima ser distinta da maior parte das múmias conhecidas, os funcionários do museu tivessem entendido que esse exemplar era mais importante que os demais. Assim, ela acabou sendo descrita pelo jornal Astrea, como uma princesa, posto que pelas “inscrições que se encontram no seu corpo [...] e que consiste em folhas de árvores, se infere ser uma Princesa das mais distintas famílias daquele antiquíssimo tempo, denominada Princesa do Sol”³⁰.

²⁸ KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil**. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980. p. 193.

²⁹ Ibid., p. 193.

³⁰ ASTREA, op. cit., p. 64.

De fato, diferentemente das outras múmias do museu, Kherima possuía uma máscara mortuária folheada a ouro. Seus membros também foram preparados de uma maneira rara para múmias egípcias, sendo enfaixados separadamente, conferindo-lhe uma configuração harmônica e o visual de uma “boneca”.

Além de se encantar com a riqueza e o refinamento desse corpo embalsamado e com os sarcófagos da coleção egípcia, Koseritz não deixou de mencionar os exemplares que não estavam em bom estado de conservação, pela corrupção do tempo e pelas ações dos “vermes”. Eram essas as múmias de Hori e Harsiese.

No seu relato, a passagem mais marcante sobre a sua experiência na sala egípcia corresponde ao momento em que Koseritz fez a seguinte afirmação: “Quem conhece os museus da Europa não vê ali nada de novo; mas quem nunca apreciou antiguidades egípcias encontra lá muito que admirar”³¹. O viajante alemão definiu, com essas palavras, a importância do acervo para a instituição e para os diversos públicos do Brasil. Mesmo que continuasse seguindo um modelo imperialista importado da Europa, o museu tinha um acervo de caráter universal, que servia para que aqueles afastados dos circuitos das grandes instituições museológicas pudessem ter acesso a coleções diversificadas.

Para quem estava habituado a ver esse tipo de acervo, como era o caso da maioria dos viajantes estrangeiros, o Museu Nacional não oferecia quase nada de novo. Porém, nos anos da administração de Ladislau Netto (1874-1893), a instituição se esforçou para agradar “gregos e troianos”. De um lado, foram expostas novas peças sobre a antiguidade indígena, de modo a compor um “cosmo nacional” para o museu. Mas, por outro, era necessário abarcar novos universos de objetos, que permitissem criar conexões entre o Novo e o Velho Mundo e que auxiliassem na instrução de pessoas nunca chegariam a pisar neste último.

O próprio Koseritz entendia que “as seções estrangeiras, em conjunto, me interessam muito menos que as nacionais, mas em todo caso é sempre curioso visitar algumas daquelas”³². Esta ressalva era importante, principalmente se pensarmos no fato de que o naturalista morava no Brasil desde 1850. Assim, ele não era um sujeito que se encontrava de passagem pelo Brasil, como outros viajantes, que retornariam aos seus países de origem e escreveriam as impressões de suas experiências. Koseritz entendia, portanto, que uma nação deveria se representar mais em seus museus do que representar a outros povos e regiões, tornando estes como um espelho da própria natureza e sociedade. Para isso, era necessário coletar e expor espécimes locais e não estrangeiros, para que visitantes enxergassem as potencialidades dos recursos naturais do Brasil. O mesmo deveria ser feito no caso da cultura, com a coleta das culturas materiais nativas.

Carl von Koseritz ressaltou a importância de outro acervo doado pelos monarcas D. Pedro II e D. Thereza Cristina ao museu: a coleção de antiguidades greco-romanas. Segundo ele, “para o comum dos visitantes o ponto de maior é a coleção pompeiana, e que na verdade é extraordinariamente rica. Lá se encontram as mais variadas peças de cerâmica, desde os grandes vasos até os menores brinquedos de criança”. Assim como a coleção egípcia, esse conjunto daria notabilidade à instituição e a enriquecia com enorme variedade de exemplares da cultura material, desta vez da Antiguidade Clássica. Os elogios a essa coleção foram muitos. Para o naturalista, esse conjunto era um “verdadeiro presente de príncipe, que deve ter custado muito dinheiro ao seu autor”³³. Porém, ele estava equivocado. As peças

³¹ KOSERITZ, op. cit., p. 193.

³² Ibid., 193-194.

³³ Ibid., p. 194.

foram doadas ao Museu Nacional a mando da Imperatriz Tereza Cristina, que as tinha recebido em troca por objetos indígenas enviados à Europa. Para além disso, ela própria financiava escavações na Itália, que resultariam no crescimento do lote já doado.

Koseritz reforçava que, para o público “esta deve ser a parte mais interessante da sala, mas para mim foi outra, a coleção de toda a sorte de armas de pedra, que ali também está exposta”³⁴. Um museu que tratava de abordar as ciências naturais do seu país deveria possuir compromisso maior em expor objetos nativos. Por sorte, a coleção de exemplares líticos e instrumentos de pedra possuía grande primor para Koseritz agradando-o em sua experiência na instituição. Ainda que preferisse ver no museu exemplares oriundos do território brasileiro, sua opinião sobre as antiguidades estrangeiras não desapareceu do relato.

Se para os viajantes e naturalistas estrangeiros as coleções do Museu Nacional deixavam a desejar, para os pesquisadores brasileiros, aquelas peças, principalmente as que compunham a quarta seção, eram importantes para narrar a história brasileira. Eruditos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da própria instituição museal utilizaram peças arqueológicas e antropológicas para construir seus estudos sobre a origem da nação. Com a insurgência dos nacionalismos oitocentistas, o Brasil precisou encontrar uma forma de narrar a gênese do povo brasileiro. Mitos fundacionais eram, logo, necessários para a construção de comunidades imaginadas³⁵.



Figura 6: Estatueta do deus Bes (350 a.C.) Foto: acervo do autor.

Ao auxiliar na busca pelas antiguidades do Brasil, o Museu Nacional assumiu o importante papel de dar visibilidade às teorias sobre a existência de sociedades nativas “avançadas”, no território brasileiro. Na gestão de Ladislau Netto, a coleção de arqueologia brasileira aumentou significativamente, principalmente com a coleta de acervos provindos de outras regiões, como o Pará – fonte arqueológica da principal cultura indígena cobiçada pelos eruditos dos oitocentos: a Marajoara. Segundo Anna Maria Linhares, “entre fins do séc. XIX e a primeira metade do séc. XX, a cerâmica Marajoara ou seu grafismo costumavam a ser apresentados como símbolos da identidade nacional brasileira, como

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

³⁴ KOSERITZ, op. cit., p. 194.

³⁵ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

³⁶ LINHARES, Anna Maria Alves. Um grego agora nú: índios marajoara e identidade nacional brasileira. Curitiba: CRV, 2017. p. 11

indicativo da capacidade criativa do povo brasileiro, como símbolo de civilização”³⁶. Enquanto as ruínas de uma civilização considerada pelos estudiosos da época, como “superior”, como a Inca ou a Maia, não eram encontradas no Brasil, a cerâmica marajoara representou um suspiro de alívio para os eruditos que ansiavam por localizar os elos entre os indígenas brasileiros e os povos das grandes civilizações da Antiguidade.

Ladislau Netto via nos acervos arqueológicos do Museu Nacional, importantes instrumentos para a análise das antiguidades brasileiras que estavam sendo descobertas pelo território. Ao longo do século XIX, os estudiosos brasileiros que procuravam entender o processo de formação da nação, viram nos indígenas a chave para compreender o passado do Brasil. Neste cenário, as produções cerâmicas feitas pelos povos identificados como Marajoara davam esperanças àqueles que queriam encontrar registros que identificava o surgimento da civilização no território nacional; uma civilização e que, de alguma forma, teria sido interrompida. Esta civilização referencial haveria de ser a Marajoara, uma vez que essa sociedade se destacara pelo alto grau de refinamento na produção ceramista.

Netto, influenciado por teorias da Antropologia que estavam em voga no momento, como o difusionismo, realizou estudos comparando a produção dos indígenas, em especial a arte Marajoara, com a cultura material de outras sociedades ditas civilizadas, como a grega, a romana, e a egípcia. Ele passou a defender que o povoamento da América foi feito por aqueles povos e que os indígenas brasileiros representavam a sua corrupção. Prova de suas teorias era a sobrevivência de evidências dessas heranças, como a cerâmica Marajoara que demonstrava perfeição tamanha nos grafismos que passaria a ser comparada e associada à escrita hieroglífica dos antigos egípcios³⁷. Na sua busca pelas raízes antigas dos indígenas, Netto chegaria às raízes de comparar os grafismos das antigas culturas do Pará com os hieróglifos encontrados nas antiguidades egípcias. Assim, a presença da coleção egípcia na instituição se tornou importantíssima para os estudos do passado brasileiro, uma vez que as peças deitariam bases para análises comparativas e para tentativas de se interpretar os grafismos indígenas; métodos que, conseqüentemente, poderia atestar o suposto alto grau civilizacional das culturas desaparecidas do norte amazônico.

Por meio da comparação dos estilos de escrita dessas civilizações, Ladislau Netto encontrou indícios de símbolos oriundos de diversas tradições antigas que aparentemente correspondiam entre si, dando a ideia de que levas de migrações provenientes do Egito se direcionaram para o Oriente, passaram pela Ásia e desceram para as Américas. Essas sucessivas mudanças de lugar, para o diretor do Museu Nacional, deixaram marcas nos grafismos que não se alteraram, ao longo dos séculos. Netto afirmava que tinha, “diante dos olhos, testemunhos irrefragáveis em favor da comum origem que enlaça a grande família americana com as nações do Nilo e da Indochina”³⁸. Essas constatações, ainda que equivocadas, foram importantes para os estudos antropológicos desenvolvidos na instituição; e só foram possíveis graças a análises dos exemplares de cerâmica Marajoara encontrados no Pará em contraste com as coleções egípcias disponíveis. Para os estudos da antiguidade brasileira, a brilhante produção dos povos Marajoara funcionava como uma espécie de quebra-cabeça que auxiliaria a entender o passado, mas também, o futuro da nação. Para além curiosidades, a coleção egípcia do Museu Nacional serviu para que novas teorias sobre a história brasileira pudessem ser construídas e divulgadas.

³⁷ NETTO, op. cit., p. 464.

Ao longo do século XIX, diversos olhares e interpretações recaíram sobre a coleção egípcia e alguns de itens em particular, provocando câmbios em seus significados. A princípio elas foram vistas como curiosidades de uma terra distante, e depois, serviram como agente de legitimação de discursos científicos sobre o passado dos indígenas brasileiros. Foi apenas no século XX que a coleção e os objetos que a compunham foram estudados de forma sistematizada e como vestígios do passado do Egito. Estes estudos foram encabeçados por Alberto Childe, o primeiro egiptólogo do Museu Nacional³⁹. Ao passo que peças que portavam hieróglifos tomavam destaque nas pesquisas científicas de Childe, as múmias humanas continuariam sendo o principal atrativo para o público da instituição, que era reconhecida por ser o principal repositório de objetos desse gênero, no Brasil.



Figura 7: Comparativo da estatueta “Dama do Cone” que compunha a coleção egípcia e que foi recuperada dos escombros do Museu Nacional. Podemos ver as alterações que ela sofreu, como perda da policromia e do ‘cone’, que deu a origem da sua nomenclatura. Foto: Esquerda: SESHAT/Museu Nacional; Direita: Acervo do autor.

No final do século XX e início do XXI, os objetos foram estudados e analisados por egiptólogos, lançando-se à luz sobre as dúvidas que pairavam sobre os significados e a origem de cada peça. Com o uso de tecnologias modernas, como a tomografia, as múmias foram escaneadas e, sem que uma bandagem fosse retirada, foi possível ver os rostos dos falecidos, após mais de três mil anos. Todo um aparato científico foi utilizado para a divulgação da coleção egípcia, como a criação de réplicas em 3D para fins educativos, bem como para a sua preservação. A ciência da Egiptologia chegou ao Brasil e proporcionou investigações importantes sobre esse acervo.

Infelizmente, ocorreu o desastre de 2 de setembro de 2018. No começo da noite desse dia, um incêndio provocado por um curto-circuito no auditório foi o responsável por destruir parte da instituição, que estava celebrando o seu bicentenário. O fogo se alastrou rapidamente, principalmente pelo fato de grande parte da estrutura interna do museu ser de madeira.

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos

³⁹ CHILDE, A. **Guia das Coleções de Archeologia Clássica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

⁴⁰ O material recolhido para esta pesquisa, que incluía grande parte dos relatórios anuais e o primeiro livro de ofícios (1819-1842) foram “salvos” graças as cópias digitais feitas pelo autor. Elas foram doadas ao museu, em 15 de abril de 2019, como forma de garantir novos estudos sobre o passado da instituição, e também recompor a memória do Museu Nacional que ficava na Seção de Memória e Arquivo (Semear).

O acervo, com cerca de 20 milhões de peças, foi atingido pelo fogo. O importante arquivo histórico, que continha numerosos documentos que contribuíam para escrever a história da ciência e do colecionismo no Brasil, sucumbiu⁴⁰.

Atualmente, os escombros do Museu Nacional estão sendo escavados sistematicamente, em busca dos artefatos que resistiram à tragédia. Como resultado desse esforço, objetos que compunham a coleção egípcia foram encontrados. Grande parte das peças achadas passaram por um processo de metamorfose da destruição, se não viraram cinzas, se transformaram em algo diferente do que eram. Das múmias humanas, que desde o século XIX chamavam a atenção do público, sobraram apenas os esqueletos; os shabits perderam sua cor; os bronzes, que resistiram ao calor, sofreram danos; as estelas de pedras quebraram-se; em suma, todos os objetos sobreviventes carregam marcas da tragédia, da exposição a altas temperaturas, dos sucessivos desabamentos do prédio e do contato com a água.

Até o momento, sabe-se que cerca de trezentas peças da coleção egípcia foram recuperadas. Grande parte desse conjunto era composto por materiais resistentes ao fogo. Porém, os itens mais icônicos da coleção, como as múmias e os seus sarcófagos, não existem mais; ou melhor, existem na memória de quem os viu.

Infelizmente, quase dois séculos depois de sua chegada ao Brasil, a coleção egípcia voltou a figurar nas manchetes de jornais. Mas, agora, não se fala mais dos itens curiosos que chegaram ao país, mas do que restou deles. Não se celebram mais as virtudes dos objetos, lamentam-se que os brasileiros e o resto do mundo perderam objetos tão valiosos, que com certeza inspiraram dezenas de crianças e jovens a quererem ser arqueólogos e historiadores. Restam, hoje, esperanças para que sejam encontradas mais e mais peças, e que, dessa vez, possamos protegê-las com os devidos cuidados que os acervos museológicos merecem.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASTREA. **Jornal Notícias**. Rio de Janeiro: Typographia Torres, sem data [1826].

ASTREA. **Consta-nos que na alfândega d'esta Capital...** Rio de Janeiro: Typographia de Torres, 29 de julho de 1826, nº 16. p. 64. Digitalizado, Hemeroteca da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

BAKOS, Margaret Marchiori (org.). **Egiptomania – O Egito no Brasil**. Paris Editorial: São Paulo, 2004.

BRANCAGLION JR, Antônio. **Revelando o passado: estudos da coleção egípcia do Museu Nacional**. In: LESSA, Fábio de; BUSTAMANTE, Regina (orgs.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

CHILDE, A. **Guia das Collecções de Archeologia Clássica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919.

Despacho de 6 de fevereiro de 1827, de Nicolau Fiengo para S. M. I. Pedro I. apud RANGEL, Alberto. **Marginados: anotações às cartas de D. Pedro I a D. Domitila**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1974.

DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Sessão do dia 3 de agosto de 1829, Despesa Extraordinária.** In: DIÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS À ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA DO IMPÉRIO DO BRASIL. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1830. p. 2.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. **Leilões.** Rio de Janeiro, n.º 2, 3 de novembro de 1826. p. 7.

KITCHEN, Kenneth. **Catalogue of the Egyptian Collection in the National Museum.** Rio de Janeiro. Liverpool University Press, 1990.

KOSERITZ, Carl von. **Imagens do Brasil. Tradução, prefácio e notas Afonso Arinos de Melo Franco.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1980.

LINHARES, Anna Maria Alves. **Um grego agora nú: índios marajoara e identidade nacional brasileira.** Curitiba: CRV, 2017.

LOPES, Margaret. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no séc. XIX.** Brasília: Ed. UNB, 2009.

MUSEU NACIONAL. **Inventário dos Objetos existentes no Museu Nacional (Ano de 1844).** In: _____. Livro dos Ofícios desde o ano de 1842 até 1849 (MN RA 02), Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional da UFRJ, 1844. folha

NETTO. Ladislau de Souza Mello. **Investigações sobre a Arqueologia Brasileira.** Archivos do MNRJ. Rio de Janeiro, v. 6, 1885.

OSPECTADORBRASILEIRO, *Jornal Político, Literário e Commercial.* Cartas para a Redação. Rio de Janeiro: Typographia de Plancher, n.º 132, 8 de novembro de 1826.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina, a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil.** Rio de Janeiro: Le Ya, 2017.

SANTOS, Moacir Elias. **Múmias egípcias em museus brasileiros: a constituição das coleções e a investigação científica.** In: AMES, Cecil (org.). *Estudios Interdisciplinarios de Historia Antigua.* Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2018. p. 110-122.

SANTOS, Myriam S.. **Os museus Brasileiros e a constituição do imaginário nacional.** *Soc. estado.* Brasília, v. 15, n. 2, p. 271-302, Dec. 2000.

SILIOTTI, Alberto. **Viajantes e Exploradores: A descoberta do Antigo Egito.** Barcelona: Folio, 2007.

“É de Certo Este Gabinete o Mais Rico em Múmias de que Temos Conhecimento” – A Coleção Egípcia do Museu Nacional e Suas Leituras nos Oitocentos